

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA Edital Nº 01/2020 – PMM
ASSISTENTE SOCIAL E EDUCADOR SOCIAL

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta PROVA, você recebeu o seu CARTÃO RESPOSTA destinado à marcação das respostas das questões objetiva.
2. Confira se o seu número de inscrição, nome e data de nascimento constam no seu CARTÃO RESPOSTA. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este proceda o registro na ata de sala.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo, no percurso, permanecer de máscara e absolutamente calado, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao sair da sala, no término da sua prova, você deverá continuar de máscara e não poderá utilizar o banheiro.
4. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre os conteúdos da prova. Cabe, única e exclusivamente, a você interpretar e decidir sobre as questões de sua prova.
5. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, de máscara, aguardando até que todos concluam a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
6. É obrigatória que você: preencha o cabeçalho desta prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. Você deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início da mesma. Você somente poderá retirar-se da sala levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da mesma. A inobservância desses horários acarretará a eliminação do concurso.
8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão, que deverá ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois marcação de lápis não será considerada.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
11. O saco plástico recebido para guarda do material deverá, obrigatoriamente, ser colocado embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na sua eliminação, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Precisamos falar de gordofobia

01 Diariamente, pessoas gordas e obesas saem de casa logo cedo e sabem
02 que vão encontrar pela frente desafios de todos os tipos: transporte público,
03 escritórios, restaurantes e outros ambientes que não estão preparados para
04 acomodá-las. Ainda pior: sabem também que vão ser alvo de piadas,
05 julgamentos e ouvir de muita gente que precisam emagrecer. Esse preconceito
06 tem nome. “Gordofobia é um neologismo para o comportamento de pessoas que
07 julgam alguém inferior, desprezível ou repugnante por ser gordo. Funciona como
08 qualquer outro preconceito baseado em uma característica única”, explica o Dr.
09 Adriano Segal, psiquiatra do Centro Especializado em Obesidade e Diabetes do
10 Hospital Alemão Oswaldo Cruz. “Apesar de o nome ser novo, é algo que sempre
11 existiu, a gula é até um pecado capital. Há estudos com universitários em que
12 afirmam preferir se casar com traficantes ou bandidos do que com obesos”, diz
13 o médico.

14 Em um mundo pouco adaptado a corpos gordos e em uma sociedade que
15 Institucionaliza o preconceito contra os donos desses corpos, navegar pelo
16 cotidiano traz desafios de diversas naturezas, dos mais simples aos mais
17 complexos. Comprar roupa, por exemplo, pode ser uma experiência desgastante
18 – emocionalmente, inclusive. A jornalista santista Flávia Durante conta que
19 começou a engordar depois da faculdade e, ao longo de dez anos, ganhou 30
20 quilos. Mesmo bem resolvida com seu corpo, ela tinha dificuldade em encontrar
21 roupas do seu agrado na pouca oferta do mercado. “Não deixei de fazer as coisas
22 por ter engordado. Ia à praia, usava biquíni normalmente. O problema era
23 encontrar peças que me servissem”, conta. Foi ali que viu que a exclusão sofrida
24 pelos gordos não se limita a uma rejeição social, o próprio mercado propaga isso
25 quando as marcas não querem ver seus produtos e m corpos gordos, ainda que
26 eles sejam uma parcela grande dos consumidores. Cansada da falta de opção e
27 dos padrões extremamente excludentes do universo da moda, Flávia criou a Pop
28 Plus Size, feira que, desde 2012, reúne em São Paulo expositores que fabricam
29 peças com manequins acima de 44 e pensadas para diversos tipos de corpo.
30 Mais que isso: denominada como “feira de moda e cultura plus size”, a Pop Plus
31 Size se posiciona como uma plataforma de fortalecimento da autoestima,
32 empoderamento e respeito à diversidade.

33 Uma das frequentadoras assíduas da Pop Plus é Patrícia, que se sente
34 muito bem com o próprio corpo, mas cita anos de terapia e a entrada para um
35 grupo de teatro como iniciativas que a ajudaram a gostar de si mesma. Na
36 adolescência e na infância, ela sofreu *bullying* por ser gorda, e a ignorância e o
37 preconceito se manifestaram de diversas formas ao longo de sua vida: foi
38 rejeitada pelas companheiras do time de vôlei, teve um relacionamento com uma
39 pessoa que não se deixava ser vista em público ao seu lado e chegou a ouvir em
40 uma entrevista de emprego para uma loja que não deveria nem se esforçar,
41 porque não haveria uniforme do tamanho dela. “No meu trabalho atual, reparam
42 e comentam sobre tudo que eu como”, conta. “Estou mudando a alimentação por
43 escolha pessoal e vejo que as pessoas ficam surpresas quando me veem
44 comendo vegetais. Já partem do princípio de que é porque quero emagrecer, me
45 dão parabéns. E não é.”

[...]

Disponível em <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/precisamos-falar-de-gordofobia>
Acessado em 23/10/2010 - Texto adaptado

01 De acordo com o texto, a “gordofobia” é resultado de

- (A) um tipo de *bullying*.
- (B) um novo fenômeno.
- (C) um estigma social.
- (D) uma limitação física.

02 Do trecho *Em um mundo pouco adaptado a corpos gordos e em uma sociedade que institucionaliza o preconceito contra os donos desses corpos, navegar pelo cotidiano traz desafios de diversas naturezas, dos mais simples aos mais complexos* (linhas 14 a 17), entende-se que a sociedade tem tornado a “gordofobia”

- (A) oficial.
- (B) natural.
- (C) legal.
- (D) justa.

03 Para o autor do texto, o preconceito sofrido por pessoas gordas pode afetar

- (A) sua rotina.
- (B) seu humor.
- (C) sua alimentação.
- (D) sua autoestima.

04 De acordo com a norma, é possível o emprego enclítico do pronome se em

(A) *Foi ali que viu que a exclusão sofrida pelos gordos não se limita a uma rejeição social, o próprio mercado propaga isso quando as marcas não querem ver seus produtos em corpos gordos, ainda que eles sejam uma parcela grande dos consumidores* (linhas 22 a 26).

(B) *Mais que isso: denominada como “feira de moda e cultura plus size”, a Pop Plus Size se posiciona como uma plataforma de fortalecimento da autoestima, empoderamento e respeito à diversidade* (linhas 30 a 32).

(C) *Uma das frequentadoras assíduas da Pop Plus é Patrícia, que se sente muito bem com o próprio corpo, mas cita anos de terapia e a entrada para um grupo de teatro como iniciativas que a ajudaram a gostar de si mesma* (linhas 33 a 35).

(D) *... foi rejeitada pelas companheiras do time de vôlei, teve um relacionamento com uma pessoa que não se deixava ser vista em público ao seu lado e chegou a ouvir em uma entrevista de emprego para uma loja que não deveria nem se esforçar, porque não haveria uniforme do tamanho dela* (linhas 37 a 41).

05 A palavra **grifada** é artigo em

(A) *Em um mundo pouco adaptado a corpos gordos e em uma sociedade que institucionaliza o preconceito contra os donos desses corpos, navegar pelo cotidiano traz desafios de diversas naturezas, dos mais simples aos mais complexos* (linhas 14 a 17).

(B) *Foi ali que viu que a exclusão sofrida pelos gordos não se limita a uma rejeição social, o próprio mercado propaga isso quando as marcas não querem ver seus produtos em corpos gordos, ainda que eles sejam uma parcela grande dos consumidores* (linhas 23 a 26).

(C) *Cansada da falta de opção e dos padrões extremamente excludentes do universo da moda, Flávia criou a Pop Plus Size, feira que, desde 2012, reúne em São Paulo expositores que fabricam peças com manequins acima de 44 e pensadas para diversos tipos de corpo* (linhas 26 a 29).

(D) *... foi rejeitada pelas companheiras do time de vôlei, teve um relacionamento com uma pessoa que não se deixava ser vista em público ao seu lado e chegou a ouvir em uma entrevista de emprego para uma loja que não deveria nem se esforçar, porque não haveria uniforme do tamanho dela* (linhas 37 a 41).

06 É narrativo o trecho

(A) “Gordofobia é um neologismo para o comportamento de pessoas que julgam alguém inferior, desprezível ou repugnante por ser gordo. Funciona como qualquer outro preconceito baseado em uma característica única”, explica o Dr. Adriano Segal, psiquiatra do Centro Especializado em Obesidade e Diabetes do Hospital Alemão Oswaldo Cruz (linhas 6 a 10).

(B) Em um mundo pouco adaptado a corpos gordos e em uma sociedade que institucionaliza o preconceito contra os donos desses corpos, navegar pelo cotidiano traz desafios de diversas naturezas, dos mais simples aos mais complexos (linhas 14 a 17).

(C) Mais que isso: denominada como “feira de moda e cultura plus size”, a Pop Plus Size se posiciona como uma plataforma de fortalecimento da autoestima, empoderamento e respeito à diversidade (linhas 30 a 32).

(D) Na adolescência e na infância, ela sofreu bullying por ser gorda, e a ignorância e o preconceito se manifestaram de diversas formas ao longo de sua vida: foi rejeitada pelas companheiras do time de vôlei, teve um relacionamento com uma pessoa que não se deixava ser vista em público ao seu lado e chegou a ouvir em uma entrevista de emprego para uma loja que não deveria nem se esforçar, porque não haveria uniforme do tamanho dela (linhas 35 a 41).

07 Em *Já partem do princípio de que é porque quero emagrecer, me dão parabéns. E não é.* (linhas 44 e 45), o ponto que separa os enunciados expressa

(A) ênfase.

(B) humor.

(C) suspense.

(D) hesitação.

08 Em *Estou mudando a alimentação por escolha pessoal e vejo que as pessoas ficam surpresas quando me veem comendo vegetais* (linhas 42 a 44), sem alterar o tipo de relação semântico-discursiva que há entre as ideias expressas pelos enunciados que liga, o conector e poderia ser substituído por

(A) portanto.

(B) então.

(C) mas.

(D) pois.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

09 A Segurança do Windows 10 inclui um programa antivírus chamado Microsoft

(A) Defender Antivírus.

(B) Teams Defender.

(C) Global Antivírus.

(D) Internet Security.

10 O recurso do Windows 10 que permite o uso do computador por um usuário cego ou deficiente visual sem um mouse para realizar tarefas comuns, navegação na Internet, além de leitura e escrita de e-mails, é o

(A) leitor.

(B) tradutor.

(C) narrador.

(D) talkback.

11 O atalho de acessibilidade para inverter as cores na tela no Windows 10 é

(A) Ctrl + Alt + F.

(B) Ctrl + Alt + I.

(C) Ctrl + Alt + L.

(D) Ctrl + Alt + R.

12 Para realizar uma pesquisa avançada de imagens no Google, podem ser utilizados os filtros

(A) nível de leitura, proporção, cor, direitos de uso, tipo de arquivo.

(B) região, cor, safeSearch, direitos de uso, tipo de arquivo.

(C) tamanho, site, safeSearch, direitos de uso, posição da imagem no site.

(D) tamanho, proporção, safeSearch, direitos de uso, tipo de arquivo.

13 Sobre os recursos de navegação privada no Google Chrome, julgue verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir.

I. O Chrome guarda o histórico de navegação, os cookies, os dados de sites e as informações introduzidas nos formulários.

II. Os arquivos transferidos e os marcadores criados são excluídos.

III. As atividades realizadas nos Websites são ocultadas dos provedores de serviços de Internet.

A sequência correta é

(A) I-V; II-V; III-V.

(B) I-F; II-V; III-V.

(C) I-F; II-F; III-F.

(D) I-V; II-F; III-F.

14 Sobre o recurso de verificação de acessibilidade do Word 2019, julgue verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir.

I. É possível incluir um texto alternativo com todos os elementos visuais.

II. É possível adicionar um texto de hiperlink significativo.

III. O verificador de acessibilidade identifica se o contraste é suficiente para as cores de tela de fundo e texto.

A sequência correta é

(A) I-V; II-V; III-V.

(B) I-F; II-F; III-F.

(C) I-F; II-V; III-V.

(D) I-V; II-V; III-F.

15 A função do Excel 2019 que aplica critérios a células em vários intervalos e conta o número de vezes em que todos os critérios são atendidos é

(A) CONT.SE.

(B) CONT.SES.

(C) CONT.VALORES.

(D) CONT.INTERVALOS.

16 No PowerPoint 2019, os tipos Lista, Processo, Ciclo, Hierarquia, Relação, Matriz e Pirâmide são layouts disponíveis na escolha para o elemento

(A) marcador de gráficos.

(B) imagem WordArt.

(C) gráfico SmartArt.

(D) layout de artes.

NOÇÕES DE MEIO AMBIENTE

17 “No Brasil, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constituem instrumentos para a execução da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6938/1981”
(<http://pnla.mma.gov.br>).

Durante o processo de licenciamento ambiental, são usados vários instrumentos de gestão ambiental, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esses procedimentos são exigidos na(s)

(A) Licença de Operação (LO).

(B) Licença de Instalação (LI).

(C) Licença Prévia (LP).

(D) Licença de Operação (LO), Licença de Instalação (LI), Licença Prévia (LP).

18 A Lei nº 47/1972, que institui o Código de Postura do Município de Mocajuba, em seu Título III, Capítulo I, que trata da moralidade e do sossego, Art. 60, prevê que “é expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como

- I. Os de buzinas, clarino, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;
- II. Os de morteiros bombas e demais fogo ruidoso;
- III. Os batuques congadas e outros divertimentos congêneres sem licença das autoridades;
- IV. Os de apitos ou silvos de sereira de fábricas, a cimas ou estabelecimentos outros, por mais de 60 segundos ou depois das 18 horas.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.

19 A poluição sonora é considerada um problema de saúde pública, pois apresenta inúmeras consequências à saúde do ser humano. “*Além dos danos à audição, o ruído causa perturbação e desconforto, prejuízo cognitivo, distúrbios do sono e doenças cardiovasculares*”

(<http://www.proacustica.org.br>).

De acordo com a NBR 10152, a relação correta entre o local e o nível aceitável é de

- (A) 40 a 50 dB para ambientes das escolas (salas de aula e laboratórios).
- (B) 40 a 60 dB para ambientes de restaurantes.
- (C) 35 a 65 dB para ambientes de igrejas e templos.
- (D) 35 a 55 dB para ambientes de hospitais (áreas de apartamento, enfermaria, berçários e centro cirúrgico).

20 A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas elaboraram um documento denominado “Nosso Futuro Comum” no ano de 1987. Esse documento, também conhecido como Relatório Brundtland, apresenta um dos conceitos mais difundidos de desenvolvimento sustentável, que é o seguinte:

- (A) o processo de reconhecimento e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio.
- (B) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades.
- (C) conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (D) processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

21 “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (**LEI Nº 6.938/1981**). Para efeito dessa Lei, consideram-se os seguintes princípios (dentre outros):

- I. racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- II. planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- III. abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- IV. controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.;

Estão corretos os itens

- (A) II, III e IV, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) I, II, III e IV.

22 Um dos grandes problemas ambientais na atualidade é a poluição dos recursos naturais, como a água, o ar, o solo. A poluição do ar, por exemplo, pode causar graves problemas de saúde ao ser humano, além de inúmeros problemas ambientais, como

- (A) a formação da chuva ácida.
- (B) a redução da absorção do CO₂ pelos vegetais.
- (C) a intensificação da lixiviação.
- (D) o aquecimento global induzido pelas emissões de O₃ e CH₄.

23 A emissão excessiva ou obstrutiva de luz artificial é considerada poluição luminosa. Esse tipo de poluição é capaz de interferir na dinâmica dos ecossistemas, além de reduzir a visibilidade das estrelas, iluminar a atmosfera de ambientes urbanos e originar efeitos negativos na saúde humana, como

- I. confundir o ritmo circadiano, influenciando os padrões de sono, temperatura e produção de hormônios;
- II. influenciar o comportamento celular do organismo humano, oferecendo risco de desenvolvimento de câncer;
- III. atuar de modo permanente nos neurônios, afetando o humor e a cognição e causando doenças degenerativas;
- IV. comprometer diretamente a unidade básica do sistema nervoso, impedindo a propagação as atividades elétricas.

Está/Estão correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.

24 Na floresta, as copas das grandes árvores impedem ou diminuem a passagem da luz solar para o solo. Assim, algumas plantas pequenas, como as bromélias e as orquídeas, utilizam os galhos e caules dessas árvores para viver, sem retirar delas nutrientes, apenas como estratégia para desfrutar da luz do sol. A relação ecológica existente entre essas plantas pequenas e as grandes árvores é camada de

- (A) protocooperação.
- (B) amensalismo.
- (C) mutualismo.
- (D) epifitismo.

LEGISLAÇÕES MUNICIPAL

25 De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mocajuba, constituem alguns dos seus fundamentos básicos, os seguintes:

- (A) a autonomia, a sustentabilidade e a responsabilidade social.
- (B) a dignidade da pessoa humana, o centralismo político e a autonomia administrativa.
- (C) a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- (D) o pluralismo político, a intervenção econômica e a cidadania.

26 O Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Mocajuba, instituído pela Lei de número 2125/06, considera o princípio

- (A) da gestão democrática como valorização do desempenho em tarefas colegiadas.
- (B) da eficiência como premissa da quantificação da produtividade.
- (C) da efetividade por meio da qualidade do seu desempenho em equipe.
- (D) do merecimento para ingresso e desenvolvimento na carreira.

27 Como determina a Lei Orgânica Municipal, constitui atribuição do Município de Mocajuba

- (A) dispor sobre os serviços de cemitério.
- (B) adquirir ou permutar bens do domínio privado, quando do interesse municipal, e doá-los a correligionários políticos, de acordo com a lei.
- (C) adquirir bens, com exceção os que se dão por meio de desapropriação.
- (D) planejar o uso e a ocupação do solo fértil em seu território, especialmente na zona rural.

28 De acordo com o Plano de Cargos e Salários da Prefeitura de Mocajuba, o provimento dos cargos pode se dar em caráter

- (A) de confiança, definidos legalmente pelo chefe do poder executivo.
- (B) permanente e/ou temporário.
- (C) permanente ou temporário, obrigatoriamente definido pela câmara de vereadores do município.
- (D) prioritariamente em caráter de estabilidade pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

29 Como determina a Lei Orgânica Municipal, a criação dos Distritos far-se-á por Lei Municipal, observado o seguinte princípio:

- (A) existência de, pelo menos, uma escola pública.
- (B) população estimada de 500 (quinhentos) a 1000 (hum mil) habitantes na área do pretense distrito.
- (C) centro urbano em constituição com número de casas superior a 20 (vinte).
- (D) a existência de uma Unidade de Pronto Atendimento em Saúde, em funcionamento.

30 De acordo com o Plano de Cargos e Salários da Prefeitura de Mocajuba, a nomeação para o exercício da função de confiança compete ao

- (A) poder legislativo municipal e deverá recair exclusivamente em pessoa com experiência técnica no cargo.
- (B) prefeito municipal e deverá recair preferencialmente em pessoa com experiência administrativa.
- (C) prefeito municipal e deverá recair preferencialmente em pessoa com experiência política.
- (D) governador do Estado e deverá recair preferencialmente em pessoa com experiência administrativa.

31 De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mocajuba, o registro, a captura e a vacina de animais, com vistas à erradicação da raiva e outras moléstias constitui atribuição

- (A) da União, concorrentemente com o Município.
- (B) do Município, exclusivamente.
- (C) do Município, concorrentemente com o Estado.
- (D) dos distritos municipais, concorrentemente com o Estado.

32 De acordo com a Lei Orgânica do município de Mocajuba,

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (B) mesmo que haja compatibilidade de horários, é vedada a acumulação de dois cargos de professor.
- (C) a vedação da acumulação de empregos públicos não abrange empregos em fundações e autarquias.
- (D) é vedada aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

33 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, Lei 8.069/1990 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente em todo território brasileiro. Em seu Título II, o ECA elenca os Direitos Fundamentais de crianças e adolescentes. A respeito do “Direito à Vida e à Saúde”, o Estatuto define, em seu artigo 7º, que a criança e o adolescentes têm direito à proteção da vida e da saúde

- (A) por meio da ação de cooperação solidária e harmoniosa entre a família, a comunidade e o governo para garantir o pleno desenvolvimento biológico e emocional.
- (B) através da responsabilização da família em relação às suas funções sociais de cuidar e de proteger para garantir o pleno desenvolvimento biológico e emocional, com a efetivação de uma verdadeira proteção integral.
- (C) mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (D) por meio da conjugação das ações assistenciais, filantrópicas e caritativas, desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais responsáveis pela promoção do pleno desenvolvimento (biológico, emocional e cognitivo).

34 A Norma Operacional Básica – NOB / SUAS – de 2005 define que “as CIB se constituem como espaços de interlocução de gestores sendo um requisito central em sua constituição a representatividade do Estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional. Isto porque os seus membros devem representar os interesses e as necessidades coletivos referentes à política de assistência social de um conjunto de municípios e, ou, de todos os municípios, dependendo da representação ser do gestor estadual ou municipal. As CIB - Comissão Intergestora Bipartite, são instâncias com particularidades diferenciadas dos conselhos e não substituem o papel do gestor. Cabem a essas um lugar importante para pactuar procedimentos de gestão a fim de qualificá-la para alcançar o objetivo de ofertar e, ou, de referenciar serviços de qualidade ao usuário.” Segundo a NOB, a CIB atua no âmbito estadual com a seguinte composição:

(A) 3 representantes dos estados indicados pelo gestor estadual de Assistência Social e 6 gestores municipais indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, observando os níveis de gestão no SUAS, a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, sendo 2 representantes de municípios de pequeno porte I, 1 representante de municípios de pequeno de porte II, 1 representante de municípios de médio porte, 1 representante de municípios de grande porte e 1 representante da capital.

(B) 4 representantes dos estados indicados pelo gestor estadual de assistência social e 7 gestores municipais indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, observando os níveis de gestão no SUAS, a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, sendo 2 representantes de municípios de pequeno porte I, 2 representantes de municípios de pequeno porte II, 1 representante de municípios de médio porte, 1 representante de municípios de grande porte e 1 representante da capital.

(C) 3 representantes dos estados indicados pelo gestor estadual de assistência social e 6 gestores municipais indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, observando os níveis de gestão no SUAS, a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, sendo 2 representantes de municípios de pequeno porte I, 1 representante de municípios pequeno de porte II, 1 representante de municípios de médio porte, 1 representante de municípios de grande porte e 1 representante da capital.

(D) 6 representantes dos estados indicados pelo gestor estadual de assistência social e 6 gestores municipais indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, observando os níveis de gestão no SUAS, a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, sendo 2 representantes de municípios de pequeno porte I, 1 representante de municípios pequeno de porte II, 1 representante de municípios de médio porte, 1 representante de municípios de grande porte e 1 representante da capital.

35 A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS, RESOLUÇÃO Nº 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006, publicada no DOU em 26/12/2006) “representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social, com vistas a garantir aos usuários do Sistema Único de Assistência Social serviços públicos de qualidade”. Ela define a composição da equipe de referência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – para a prestação de serviços socioassistenciais e para a execução das ações de Proteção Social Básica nos municípios. Segundo a NOB-RH/SUAS, a composição dos CRAS de municípios de pequeno porte II, para até 3.500 famílias referenciadas, é de

(A) cinco técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e, preferencialmente, dois psicólogos e um pedagogo, e três técnicos de nível médio.

(B) cinco técnicos de nível superior, sendo três profissionais assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo e um pedagogo, e dois técnicos de nível médio, e um de nível fundamental.

(C) quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo e um pedagogo, e dois técnicos de nível médio.

(D) três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo, e três técnicos de nível médio.

36 O Decreto n. 6.135, de 26 de julho de 2007, dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (o CadÚnico) e dá outras providências. Conforme seu artigo 2º, “o CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público”. Os dados das famílias registradas no CadÚnico são sigilosos, e somente poderão ser usados para

- (A)** I – monitoramento e fiscalização das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis e II - realização de projetos pedagógicos de curso para profissões que atuam na área social.
- (B)** I - formulação e indução dos programas e serviços socioassistenciais efetivados pelas organizações governamentais e não governamentais e II - realização de estudos e pesquisas.
- (C)** I – formulação e gestão de políticas públicas e II - realização de estudos e pesquisas.
- (D)** I – construção e fiscalização de serviços, programas e projetos sociais e II - realização de estatísticas sobre a evolução e incidência de famílias vulneráveis nos municípios e estados.

37 Segundo a Lei 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Proteção Social Básica é definida como um “conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Entre os serviços que integram a Proteção Social Básica está o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste

- (A)** na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
- (B)** no acesso às ações e serviços de políticas setoriais, articulados aos CRAS, por meio do seu trabalho intersetorial, com vistas à prevenção dos vínculos familiares, apesar da permanência da violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
- (C)** na prestação de ações assistenciais e de bem estar social, nos CRAS, por meio do estímulo ao cuidado e à harmonia nas famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de fortalecimento dos vínculos familiares e da violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
- (D)** na articulação intersetorial com as áreas da saúde, educação e de direitos humanos, por meio do trabalho solidário com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento da violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

38 Segundo a Lei 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Proteção Social Especial é definida como um “conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos”. Uma das unidades públicas responsáveis pela execução da Proteção Social Especial é o Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS –, de abrangência e gestão

- (A)** municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social gerado por ameaças de morte, que demandam intervenções especializadas de organizações não governamentais que atuam nessa situação de risco.
- (B)** municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
- (C)** estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a famílias vulneráveis que se encontram em situação de rompimento de vínculos familiares e comunitários, decorrentes da negligência e de abandono, que demandam serviços especializados da recomposição de vínculos familiares.
- (D)** municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a famílias que se encontram em situação de abandono social, por violações físicas e emocionais sofridas, que requerem atendimentos psicossociais.

39 Em diferentes culturas, o fim da infância representa o início da vida adulta. Em sociedades complexas, a passagem para a vida adulta tende a ser mais longa por requisitar uma formação e uma preparação mais demoradas, tanto para o convívio social quanto para a entrada no mercado de trabalho. Comumente, esse período de transição é chamado de “adolescência e/ou juventude”. A adolescência, geralmente, é associada ao acontecimento da puberdade, sendo que, do ponto de vista sociocultural, torna-se difícil delimitar seu encerramento, mesmo que tal delimitação seja precisa juridicamente. Na sociedade brasileira, a norma jurídica reconhece o adolescente como a pessoa de 12 anos completos até dezoito anos incompletos. Assim, é correto afirmar que adolescência é

(A) um fenômeno biológico visto de diferentes maneiras, dependendo do contexto geográfico, associado à puberdade, que é cultural, uma vez que as modificações do corpo, como crescimento e amadurecimento emocional, vão ocorrer de modo semelhante para todas as pessoas, em quaisquer contextos.

(B) um fenômeno biopsíquico visto de diferentes modos, dependendo do contexto étnico, vinculado à puberdade, devido a modificações do corpo, como crescimento e amadurecimento cognitivo, que ocorrem de modo semelhante para todas as pessoas, em quaisquer contextos.

(C) um fenômeno social e cultural visto de diferentes modos, dependendo do contexto social, diferente da puberdade, que é um fenômeno universal, uma vez que as modificações do corpo, como crescimento e amadurecimento orgânico, ocorrem de modo semelhante para todas as pessoas, em quaisquer contextos.

(D) um fenômeno econômico e social visto de diferentes modos, dependendo do contexto geográfico, articulado à puberdade como fenômeno biológico, uma vez que as modificações do corpo, como crescimento e amadurecimento mental e cognitivo, ocorrem de modo semelhante para todas as pessoas, em quaisquer contextos.

40 A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), criada sob esta denominação pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, “tem por missão institucional promover com qualidade e efetividade o desenvolvimento social, garantindo aos cidadãos, especialmente aos dos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, à promoção do trabalho, geração de emprego e renda.” São órgãos de atuação colegiada da SEASTER os seguintes conselhos:

(A) I - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico; II - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; III - Conselho Estadual Segurança Pública; IV - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa em Situação de Velhice; V - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

(B) I - Conselho Estadual de Proteção Socioassistencial; II - Conselho Estadual de Segurança Pública; III - Conselho Estadual dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude; IV - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Velha; V - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Necessidades Especiais.

(C) I - Conselho Estadual de Assistência Social; II - Conselho Estadual de Segurança Pública; III - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; IV - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; V - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Necessidades Especiais.

(D) I - Conselho Estadual de Assistência Social; II - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; III - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; IV - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; V - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.